


# “EU NÃO ATENDO BÊBADO”: AMBIGUIDADE, EFICIÊNCIA E GRAMÁTICA

**J. Lachlan Mackenzie\***

 <https://orcid.org/0000-0001-9274-7088>

**Como citar este artigo:** MACKENZIE, J. L. “Eu não atendo bêbado”: ambiguidade, eficiência e gramática. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 1-13, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETD017024>.

**Submissão:** 27 de abril de 2023. **Aceite:** 22 de março de 2024.

**Resumo:** O artigo apresenta uma análise, no quadro da Gramática Discursivo-Funcional, de uma piada e do seu ambiente textual, mostrando como esta revela os papéis da ambiguidade, da eficiência e das estratégias gramaticais na interação humana.

**Palavras-chave:** Ambiguidade. Construção depictiva. Eficiência. Estratégia. Gramática Discursivo-Funcional.

## DEDICAÇÃO À PROFESSORA MARIA HELENA DE MOURA NEVES

**T**ive a grande honra e o enorme prazer de conhecer Maria Helena de Moura Neves, naquela época professora de pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e professora emérita e livre-docente em Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) em Araraquara, em São Paulo. Travámos múltiplas conversas,

\* Catedrático emérito, Vrije Universiteit Amsterdam (VU Amsterdam), Amsterdã, Países Baixos. E-mail: [lachlan\\_mackenzie@hotmail.com](mailto:lachlan_mackenzie@hotmail.com)

cara a cara, nas duas universidades ou nos bastidores de diversos congressos, mas também *on-line*, sobre questões de linguística funcional. Partilhámos muitos pontos de vista e opiniões, sobretudo sobre as noções de sistematicidade e instrumentalidade, cuja interação considerávamos central para o desenvolvimento da gramática. Continuando a nossa colaboração, trabalhei com ela e com André Coneglian no dossiê temático da *Revista da Abralin* intitulado “Descrição funcional das línguas naturais” (Neves; Mackenzie; Coneglian, 2020). Além disso, contribuí com um texto para *Linguagem, uso e gramática: da vivência à teorização*, o livro de homenagem dedicado à Maria Helena por Hattnher, Oliveira e Coneglian (2022). Em 2023, participei nos *Diálogos com Maria Helena de Moura Neves*, diálogos infelizmente póstumos, organizados *on-line* pelas colegas do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPM. É daquela participação que parte o presente artigo, que dedico com muito respeito e carinho a uma grande dialogista, uma acadêmica que não só falava mas também ouvia, para quem a interação social era não só um objeto de estudo, mas também um princípio de prática quotidiana.

## ANÁLISE GRAMATICAL DE UM ATO HUMORÍSTICO

A Maria Helena gostava muito de humor e de rir. Por isso, não me surpreendeu saber que, na *Revista Língua Portuguesa*, número 12, ela havia dedicado alguma atenção às implicações humorísticas de:

(1) Eu não atendo bêbado.

Trata-se de um exemplo do que Attardo (2017) identifica como “humor verbal” (por oposição ao “humor referencial”) por depender crucialmente da forma linguística da piada. Para ele, o humor verbal consiste em três categorias: trocadilhos (muitas vezes considerados como tipo de humor inferior), aliterações e – como em (1) – ambiguidade. Olhando analiticamente para o exemplo, observaremos que uma sequência de palavras, nesse caso uma oração, está associada pelas regras do português brasileiro a duas estruturas semântico-sintáticas diferentes. Na primeira, o verbo *atender* é transitivo; *bêbado* é o segundo argumento dele, ao qual se atribui no quadro da Gramática Discursivo-Funcional – GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2012) a função semântica inativo. Veja-se em (2) a análise representacional (= semântica) desse significado:

$$(2) (p_i: (Pres\ ep_i: (neg\ e_i: (f_i^c: [(f_i^c: atend- (fl_i)) (1x_i)_{Ativo} (x_j: (f_k^c: bêbad- (f_k^c)) (x_j))_{Inativo}]) (f_i^c)) (e_i)) (ep_i)) (p_i))$$

Já na segunda análise, o verbo *atender* é intransitivo, desempenhando *bêbado* um papel de modificador:

$$(3) (p_i: (Pres\ ep_i: (neg\ e_i: (f_i^c: [(f_i^c: atend- (fl_i)) (1x_i)_{Ativo} (f_j^c: [(f_k^c: bêbad- (f_k^c)) (x_j)] (f_j^c)) (e_i)) (ep_i)) (p_i))$$

Mackenzie (2013) analisou a construção em inglês correspondente à estrutura apresentada em (3) como membro de uma família de construções aparentadas mas distintas, identificando esta como construção “depictiva”. Tal como o argumento ativo do predicado *atender*,  $(1x_i)_{Ativo}$  “eu”, o elemento depictivo  $(f_j^c: [(f_k^c:$

bêbad- ( $f_k^i$ ) ( $x_i$ ) ( $f_j^e$ ) “bêbado” está integrado no conteúdo proposicional ( $p_i$ ) expresso pela oração. Além disso, a negação do estado de coisas (neg  $e_i$ ), “não”, inclui o elemento depictivo dentro do seu alcance. Esse elemento não pode ser classificado como argumento, mas deve ser analisado no nível representacional da GDF como propriedade configuracional ( $f_j^e$ ), dentro da qual *bêbado* funciona como predicado ( $f_k^i$ : bêbad- ( $f_k^i$ )) de um argumento ( $x_i$ ) correferencial com o primeiro e único argumento de *atender*. Como se sabe, a embriaguez é uma condição temporária, sendo uma característica reconhecida dos elementos depictivos (Mackenzie, 2013, p. 48) o facto de denotarem uma condição temporária. Consequentemente, não é possível fazer uma leitura depictiva de “Eu não atendo alcoólatra”; além disso, a piada falharia.

As duas estruturas rivais (2) e (3) que subjazem a (1) podem, assim, ser representadas com muita precisão no nível representacional da GDF. Será que existe alguma diferença no nível morfossintático? Uma vez que a descrição da morfossintaxe na GDF dá prioridade às relações lineares, pode-se postular aqui uma única estrutura morfossintática, (4):

$$(4) (Cl_i: [(Np_i: eu (Np_i)) (Gw_i: não (Gw_i)) (Vp_i: atendo (Vp_i)) (Np_j: bêbado (Np_j)) (Cl_i)])$$

Quanto ao nível fonológico, parte do próprio sucesso da piada depende de lá não haver diferença:

$$(5) (IP_i: [(PP_i: ew (PP_i)) (PP_j: nêwɐ'têdu (PP_j)) (PP_k: 'bebødu (PP_k))]) (IP_i)$$

Já o nível mais característico da GDF, o nível interpessoal, inclui uma distinção nítida entre os dois significados. Este é o nível que dá conta das consequências gramaticais do estatuto interativo do enunciado enquanto unidade de comunicação discursiva, na GDF chamada de ato discursivo ( $A_i$ ). Este nível engloba a ilocução ( $F_i$ ), o falante ( $P_i$ ) e o destinatário ( $P_j$ ) (o *eu* e o *tu*), e o conteúdo comunicado ( $C_i$ ), composto de vários subatos. Quando *bêbado* é argumento, como em (2), este corresponde a um subato referencial, indefinido e inespecífico, ou seja, genérico (-id -s  $R_j$ ):

$$(6) (A_i: [(F_i: DECL (F_i)) (P_i) (P_j) (C_i: [(T_i) (+id +s R_i: [+S, -A] (R_i)) (-id -s R_j)])] (A_i))$$

Em contrapartida, no caso de se usar *bêbado* como elemento depictivo, como em (3), este corresponde a um subato predicativo ( $T_j$ ):

$$(7) (A_i: [(F_i: DECL (F_i)) (P_i) (P_j) (C_i: [(T_i) (+id +s R_i: [+S, -A] (R_i)) (T_j)])] (A_i))$$

Assim, a GDF localiza a ambiguidade com muita precisão nos dois níveis, interpessoal e representacional, ambos resultados da operação da formulação, e fornece uma descrição formal completa dos aspetos pragmático, semântico, morfossintático e fonológico do ato discursivo.

Ao refletirmos mais sobre o nosso exemplo, apercebermo-nos de que (1) não é, em si mesmo, engraçado. É ambíguo, certo; mas, como veremos, a ambiguidade faz parte da natureza normal do uso da linguagem e não é nada incongruente ou risível. Para o transformar numa piada, precisamos de uma componente textual. E esse texto tem de se enquadrar numa cena narrativa:

- (8) Um bêbado está no consultório e o médico diz: Eu não atendo bêbado. Então quando o senhor estiver bom eu volto, diz o bêbado.

Para criar humor, precisamos de mais do que ambiguidade, precisamos de incongruência (Attardo, 2017, p. 5). Esta surge quando os pressupostos da contribuição do bêbado para o diálogo com o médico indicam que ele descodificou as palavras do médico como se exprimissem uma construção depictiva (= (3)). O trecho “Quando o senhor estiver bom” pressupõe que o médico não está em boas condições ou, pelo menos, que não consegue tratar o bêbado. Este pressuposto revela o entendimento que o bêbado tem da situação. Sublinha também (com o uso da expressão *estar bom*) a temporariedade que, como já vimos, está associada à construção depictiva. Claro que há ainda mais: como se sabe, quando se conta uma anedota, é importante acertar nas palavras. É muito fácil estragar o humor com uma escolha linguística errada. A anedota depende de o médico, pelo menos, ser do sexo masculino, uma vez que, de outra forma, a construção depictiva seria *Eu não atendo bêbada*, e isso não se aplicaria a uma interação com um homem bêbado. Por seu turno, na interpretação que se vê em (2), o caráter genérico do argumento inativo permitiria a forma masculina *bêbado*, mesmo que o doente fosse do sexo feminino. Mas as piadas não são tipicamente o domínio dos desafios à atribuição tradicional de gênero!

Imagino que a Maria Helena teria muito mais a dizer sobre este exemplo. Suponho que ela apontaria sobretudo para a ancoragem sociocultural do texto: 1. a autoridade do médico na relação médico-paciente que lhe permite, suponhamos, recusar-se a tratar um doente até este ficar sóbrio; 2. a aceitação pelo bêbado do seu papel subserviente, refletida na escolha de *o senhor* como forma de tratamento; 3. o absurdo da falta de consciência situacional do bêbado, na medida em que ele não se dá conta da sua própria embriaguez e, além disso, está disposto a acreditar que o médico está demasiado bêbado para o tratar; e 4. uma espécie de aceitação, por parte do bêbado, de partilhar com o médico a humanidade comum deles – o médico é, na sua visão estonteada do mundo, tão propenso à embriaguez como qualquer outra pessoa. A Maria Helena teria certamente apreciado o anteriormente explicado desvendamento preciso dos níveis de análise da GDF, mas ela poderia sentir alguma impaciência com a minha utilização de um único quadro gramatical para apresentar a análise, por ser adepta do “funcionalismo sem bandeira nem filiação exclusiva” (Neves, 2011, p. 23).

## INFORMATIVIDADE E ECONOMIA

Entre as noções que recorrem na obra da Maria Helena, incluem-se o caráter não discreto das categorias, a gradualidade das mudanças, a indeterminação semântica, a competição de motivações, a fluidez, a prototipia, todas elas também bem presentes no trabalho dos seus muitos alunos e seguidores, e explicitamente em profunda ressonância com os axiomas e práticas dos chamados funcionalistas da costa oeste dos Estados Unidos (*West Coast functionalists*). Este pensamento dela tem ligações estreitas com as premissas de cada vez mais estudiosos que estão a explorar a natureza da linguagem, da comunicação e da textualidade sem os constrangimentos de um colete de forças teórico. Para Maria Helena de Moura Neves, e para os funcionalistas em geral, o uso da linguagem é um meio para atingir um fim, a saber o propósito de utilizar os textos e as

suas componentes para influenciar outras pessoas e para promover os seus próprios objetivos no quadro da comunidade comunicativa. Há diferentes formas de atingir os seus objetivos, e há diferentes formas de exprimir uma mensagem. Pode dizer-se que as diversas formulações diferem em termos de eficiência. Para Neves (2012, p. 78-79), a eficiência consiste em conseguir um equilíbrio entre o explícito e o implícito, ou seja, dizer o suficiente sem falar demais nem falar de menos, as duas “qualidades da linguagem” a que ela chamava “informatividade” e “economia”, respetivamente. O resultado é o equilíbrio provisório e instável a que se dá o nome de “gramática”.

Como escreveu a Maria Helena, “a linguagem não é um fenómeno isolado” (Neves, 1997, p. 16), e, do mesmo modo, a eficiência não é uma questão especificamente linguística. Nas palavras de Natalia Levshina (2022, p. 3), no início do seu livro sobre a eficiência comunicativa:

*Esta ideia [de eficiência] é muito popular hoje em dia. [Os conselheiros contemporâneos] ensinam-nos a trabalhar de forma mais inteligente e não com mais afínco. Aconselham-nos a guardar apenas coisas e contactos humanos que sejam significativos para nós. Espera-se que pratiquemos a gestão de tempo e que utilizemos carros e aparelhos energeticamente eficientes<sup>1</sup>.*

Como ela também nos recorda, “A linguagem humana, enquanto tal, pode ser considerada uma ferramenta muito eficiente, porque nos ajuda a poupar tempo e esforço quando precisamos que os outros façam alguma coisa para nós” (Levshina, 2022, p. 3)<sup>2</sup>. No entanto, não é fácil estabelecer o que conta como eficiente.

A eficiência não pode ser calculada em termos numéricos, uma vez que depende fortemente do contexto e, normalmente, do interlocutor. Mas há inúmeros indícios de que os falantes associam a eficiência à “economia” e numerosos académicos já propuseram vários princípios, “leis” e máximas que refletem este facto: a “Lei da Abreviação”, de George K. Zipf (1949), uma das duas vertentes da “Máxima da Quantidade”, de H. Paul Grice (1975), a “Máxima da Minimização”, de Steve Levinson (1998, p. 551), o “Princípio da Quantidade do Código”, de Tom Givón (2001, p. 249) e o “Princípio da Minimização das Formas”, de Jack Hawkins (2004, p. 38); todos eles se resumem essencialmente à mesma coisa. Obviamente, não levamos este princípio de minimizar os nossos enunciados ao extremo porque isso significaria ficarmos em silêncio. No entanto, a eficiência exige que as quebras do silêncio sejam mínimas.

No início das suas *Investigações filosóficas*, Ludwig Wittgenstein (1968, p. 3) pede ao leitor que imagine uma conversa entre um construtor A e um assistente B:

*A está construindo com diversas pedras de construção: há blocos, pilares, lajes e vigas. B tem de passar as pedras, e faz isso pela ordem em que A precisa delas. Para isso, A utiliza uma língua que consiste nas palavras “bloco”, “pilar”, “laje”, “viga”. A pede-as; B traz a pedra que aprendeu a trazer em resposta a tal e tal chamada<sup>3</sup>.*

1 “This idea is popular nowadays. We are taught to work smarter, not harder. We are advised to keep only things and human contacts that are meaningful to us. We are expected to practise time management and use energy-efficient cars and gadgets.”

2 “Human language as such can be regarded as a very efficient tool because it helps us to save time and effort when we need something from others.”

3 “A is building with buildingstones: there are blocks, pillars, slabs and beams. B has to pass the stones, and that in the order in which A needs them. For this purpose they use a language consisting of the words ‘block’, ‘pillar’, ‘slab’, ‘beam’. A calls them out; – B brings the stone which he has learnt to bring at such-and-such a call.”

Wittgenstein pede-nos mesmo para imaginar que esta é toda a língua partilhada por A e B, e, de facto, naquele contexto situacional, os enunciados de A de uma só palavra, por outros termos enunciados holofrásticos, são perfeitamente suficientes. De facto, se todas as pedras fossem as mesmas, A e B poderiam trabalhar juntos em silêncio. Karl Bühler (1924, p. 158), no seu *Sprachtheorie* (*Teoria da linguagem*), coloca a derradeira questão do porquê da linguagem: “Para que é que se deve falar, se na vida prática se vive tão bem ou até melhor sem falar?”<sup>4</sup>. Na sua opinião, existem “ilhas de linguagem” que emergem “do mar da comunicação silenciosa, mas inequívoca, nos locais onde tem de ser feita uma diferenciação, uma *diacrisis*, uma decisão entre várias possibilidades, e esta pode ser feita facilmente ao intercalar uma palavra” (Bühler, 1924, p. 156)<sup>5</sup>.

No entanto, raramente basta uma única palavra. No intuito de influenciarmos os outros, estamos em regra geral dispostos a fazer um esforço, gastando energia para lhes fornecer informação suficiente (ou “informatividade” suficiente, com a palavra de Neves) para eles poderem descodificar e contextualizar as nossas mensagens de forma satisfatória. Também lubrificamos a máquina ao acrescentarmos formas dedicadas à polidez, como o bêbado que se dirige ao médico com o termo de tratamento *o senhor*. Podemos também mostrar respeito pelos padrões sociais progressistas, não dizendo apenas *senhores*, mas o mais dispendioso *senhoras e senhores*. Mas como é que nos podemos dar ao luxo de ser menos do que totalmente explícitos? A resposta deve ser que nós, enquanto falantes, confiamos nas capacidades inferenciais dos nossos ouvintes, que tomarão as palavras pronunciadas como pista para adivinhar o que se quer veicular e não como reflexo direto dos nossos desejos comunicativos. Stephen Levinson (2000, p. 29) argumenta que, em termos de gasto de energia, “A inferência é barata, a articulação é cara e, portanto, os requisitos de bom *design* favorecem um sistema que maximize a inferência”<sup>6</sup>. Mas continua a tratar-se de uma corda bamba. Se formos demasiado implícitos para a situação e para a compreensão mútua dos interlocutores, a comunicação falhará.

## AMBIGUIDADE

Voltando à história do médico e do bêbado, apercebemo-nos de que esse texto apresenta um exemplo de uma comunicação que falhou. De quem é que foi a culpa? Do médico, por ter usado uma formulação ambígua, uma forma de expressão que podia ser descodificada de duas maneiras bem diferentes? Ou do bêbado, por não ter compreendido a situação? Rimo-nos do bêbado, em parte porque os bêbados são sempre engraçados pelo comportamento desajeitado e desinibido deles, e em parte porque, quando ambos os indivíduos dominam completamente a língua partilhada, a competência discursiva pode variar muito de pessoa em pessoa, e o bêbado demonstra uma surpreendente falta de competência discursiva. Ou talvez o bêbado esteja a ser mais esperto do que todos nós, apreendendo subtilmente o médico por ter escolhido uma expressão ambígua?

4 “Wozu auch sprechen, wenns ohne dies ebensogut oder besser geht in der Lebenspraxis?”

5 “Sprachinseln tauchen im Meere des schweigsamen aber eindeutigen Verkehrs an solchen Stellen auf, wo eine Differenzierung, eine Diakrise, eine Entscheidung zwischen mehreren Möglichkeiten getroffen werden soll und bequem durch ein eingestreutes Wort getroffen werden kann.”

6 “Inference is cheap, articulation expensive, and thus the design requirements are for a system that maximizes inference.”



Seja como for, a anedota serve para nos divertirmos com a confusão e, ao mesmo tempo, esclarece vários aspectos do funcionamento da comunicação discursiva.

Acredita-se geralmente que na ambiguidade existe algo de comunicativamente errado, possivelmente até eticamente errado. Em determinados sites brasileiros destinados a ter um impacto didático, não é raro encontrar afirmações como as seguintes, encontradas no site *querobolsa.com.br* ("Ambiguidade: aprenda o que é, tipos e como identificar – Manual do Enem", grifos nossos):

#### *Ambiguidade lexical*

*Surge quando uma palavra ou expressão pode ser interpretada de diferentes maneiras. Isso pode ocorrer quando uma palavra tem vários significados, ou quando é usada de maneira não convencional. Para evitar a ambiguidade lexical, é importante escolher palavras precisas e claras em relação ao contexto.*

#### *Ambiguidade sintática*

*Ocorre quando a estrutura da frase torna difícil determinar o significado exato. Isso pode ser causado por uma má pontuação ou por uma frase mal construída. Para evitar a ambiguidade sintática, é importante revisar as frases e certificar-se de que a pontuação está correta e a estrutura da frase é clara.*

#### *Ambiguidade semântica*

*Ocorre quando o significado de uma palavra ou expressão é ambíguo. Isso pode ser causado por um uso incorreto da linguagem ou por uma falta de contexto. Para evitar a ambiguidade semântica, é importante usar palavras com um significado claro e adicionar contexto quando necessário.*

#### *Ambiguidade pragmática*

*Ocorre quando o significado de uma frase ou palavra depende do contexto em que é usada. Isso pode ser causado por diferenças culturais ou por uma falta de contexto social. Para evitar a ambiguidade pragmática, é importante considerar o contexto em que a frase ou palavra é usada e ajustar a comunicação de acordo (Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/portugues/ambiguidade>).*

Este site caracteriza a ambiguidade como algo a ser evitado, sendo causada por uma série de fatores negativos. Este ponto de vista encontra-se apoiado por ninguém menos do que Noam Chomsky (2001, p. 107), que vê a ambiguidade como deficiência da linguagem:

*A abordagem natural sempre foi: será que [a linguagem] está bem concebida para ser utilizada, [finalidade] tipicamente entendida como utilização para comunicação? Julgo que essa é a pergunta errada. A utilização da linguagem para a comunicação pode acabar por ser uma espécie de epifenômeno. Quero dizer, o sistema desenvolveu-se como se desenvolveu, não se sabe realmente [como]. E depois podemos perguntar: como é que as pessoas o usam? Pode acontecer que não seja o ideal para algumas das formas como o queremos utilizar. Se quisermos garantir que nunca nos entendemos mal uns aos outros, para esse efeito a linguagem não está bem concebida, porque existem propriedades como a ambiguidade. Se quisermos ter a propriedade de que as coisas que normalmente gostaríamos de dizer saiam curtas e simples, bem, provavelmente*

*não tem essa propriedade. Muitas das coisas que gostaríamos de dizer podem ser muito difíceis de expressar, talvez até impossíveis de expressar*<sup>7</sup>.

Chomsky revela-se então crítico em relação à linguagem: esta tem propriedades que ele considera mal concebidas, como o palavreado, a inefabilidade e a ambiguidade. Mas este herói da sintaxe não é o único a rejeitar a ambiguidade. Também o herói da pragmática, Grice (1975, p. 46), incluiu na sua Máxima de Modo a injunção “Evite ambiguidade”<sup>8</sup>.

As experiências psicolinguísticas mostram, de facto, que as palavras ambíguas demoram mais tempo a processar, mas apenas se forem apresentadas fora do contexto. Isto também se aplica a orações inteiras, mas apenas àquelas que foram cuidadosamente, e muitas vezes engenhosamente, inventadas por gramáticos para exemplificarem a ambiguidade, e apenas se forem apresentadas fora do contexto e por escrito, com as diferenças prosódicas neutralizadas; vejam-se os exemplos conhecidos (9), (10) e (11)<sup>9</sup>:

- (9) Eu vi a moça com o telescópio.
- (10) Toda a gente na sala fala duas línguas.
- (11) O frango está pronto para comer.

No entanto, se alguma destas frases ambíguas fosse proferida num contexto adequado, ninguém daria pelo “problema”. A ambiguidade é sobrevalorizada como ameaça à comunicação; parece que só nos apercebemos dela nas piadas (cf. Wasow, 2015).

Os linguistas funcionalistas, graças ao seu empenho em compreender o uso da linguagem em contexto, já acabaram por aceitar a omnipresença da ambiguidade no uso da língua e não veem qualquer razão para encorajar os falantes a evitá-la. Por isso, é muito estranho ver as generativistas minimalistas Pleshak e Polinsky (2024, p. 3) caracterizarem as funcionalistas como acreditando que

*[...] os padrões estruturais observados na linguagem natural são motivados pela necessidade de uma comunicação eficaz; daí a ênfase [entre os funcionalistas] na organização da informação e no seu fluxo, na economia da comunicação [tudo totalmente correto até agora]<sup>10</sup> – e na prevenção da ambiguidade ou vagueza<sup>11</sup>.*

Talvez seja esta uma boa oportunidade, agora que a vagueza foi mencionada, para assinalar que a palavra “ambiguidade” é frequentemente utilizada fora dos limites do debate académico no sentido de “vagueza”. Por exemplo, diz-se frequen-

7 “The natural approach has always been: is it well designed for use, understood typically as use for communication? I think that’s the wrong question. The use of language for communication might turn out to be a kind of epiphenomenon. I mean, the system developed however it did, we really don’t know. And then we can ask: how do people use it? It might turn out that it is not optimal for some of the ways in which we want to use it. If you want to make sure that we never misunderstand one another, for that purpose language is not well designed, because you have such properties as ambiguity. If we want to have the property that the things that we would usually like to say come out short and simple, well, it probably doesn’t have that property. A lot of the things we would like to say may be very hard to express, maybe even impossible to express.”

8 “Avoid ambiguity.”

9 Para mais exemplos deste género, veja-se Zwicky e Sadock (1975).

10 Nas citações diretas, os trechos que aparecem entre colchetes são intervenções do autor deste artigo.

11 “[...] structural patterns observed in natural language are motivated by the need for effective communication; hence the emphasis on the organization of information and its flow, economy of communication, and avoidance of ambiguity or vagueness.”



temente que a política dos Estados Unidos em relação à questão China-Taiwan se caracteriza por “ambiguidade estratégica”, o que se resume a uma falta intencional de precisão nas declarações oficiais sobre a questão. Ouve-se às vezes que um filme tem um final ambíguo, se não for claro como termina o enredo e, de um modo mais geral, a ambiguidade no sentido de não ditar uma interpretação particular pode ser considerada um atributo positivo de uma obra de arte. No reverso da medalha, há vários gêneros textuais em que se procura evitar a ambiguidade, no sentido de reduzir a possibilidade de atribuir significados múltiplos a um trecho de discurso. Este aspeto é essencial para a formação de alunos na redação de documentos jurídicos: afinal, muitos testamentos dão origem a conflitos familiares devido a ambiguidades na sua formulação. Também na linguagem científica, a ambiguidade deve ser evitada, e esta é uma das razões pelas quais as teorias gramaticais como a GDF recorrem a representações exatas, como as referidas em (2) a (7), em vez de descrições em prosa. A propensão da linguagem comum para ser multi-interpretável foi uma das principais razões para os filósofos do final do século XIX e início do século XX, nomeadamente Gottlob Frege, procurarem uma linguagem para o debate filosófico que fosse livre de ambiguidades, a chamada “linguagem perfeita”. Nas línguas formais que se revelaram tão úteis para a programação de computadores nos nossos dias, vemos um resultado positivo dessa tendência.

Excluindo esses casos especiais, a ambiguidade continua a ser endêmica na utilização quotidiana dos nossos idiomas. Como Piantadosi, Tily e Gibson (2012, p. 280) afirmaram no importante artigo deles sobre a função comunicativa da ambiguidade na linguagem,

*[...] a ambiguidade sintática e semântica é suficientemente frequente para representar um desafio substancial para o processamento da linguagem natural. O facto de a ambiguidade ocorrer a tantos níveis linguísticos sugere que é necessário um princípio de grande alcance para explicar as suas origens e persistência<sup>12</sup>.*

O argumento fundamental deles é que a chamada “linguagem perfeita” seria impraticável e até disfuncional: “a ambiguidade é, de facto, uma propriedade *desejável* dos sistemas de comunicação, precisamente porque permite um sistema de comunicação que é ‘curto e simples’” (Piantadosi; Tily; Gibson, 2012, p. 281, grifo dos autores)<sup>13</sup>. Recorde-se que Chomsky (2001) criticara a linguagem por *não* ter a mesmíssima propriedade de ser curta e simples. As tentativas utópicas de imaginar uma linguagem livre de ambiguidade falham porque não têm em conta o facto de comunicarmos num contexto. É o contexto que fornece a informação essencial – as “explicaturas” da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1986) – que falta no enunciado aparentemente imperfeito. Se toda a informação contextual fosse especificada nesse enunciado, este tornar-se-ia impossivelmente longo e pesado. Em vez disso, as línguas que usamos derivam do facto de alcançarmos um equilíbrio entre aquilo a que Piantadosi, Tily e Gibson (2012, p. 281) chamam clareza e facilidade:

12 “[...] syntactic and semantic ambiguity are frequent enough to present a substantial challenge to natural language processing. The fact that ambiguity occurs on so many linguistic levels suggests that a far-reaching principle is needed to explain its origins and persistence.”

13 “[...] ambiguity is in fact a desirable property of communication systems, precisely because it allows for a communication system which is ‘short and simple’.”

*Um sistema de comunicação claro é aquele em que o significado pretendido pode ser recuperado do sinal com elevada probabilidade. Um sistema de comunicação fácil é aquele em que os sinais são eficientemente produzidos, comunicados e processados<sup>14</sup>.*

A facilidade não deve ser mal interpretada, no entanto, como significando que o processamento da linguagem é direto e simples de entender. Como a citação deixa claro, é novamente uma questão de eficiência, fazendo o melhor uso dos meios à disposição. O enunciado é para o ouvinte um conjunto de pistas sobre a intenção comunicativa do falante, que o ouvinte reconstrói através de processos de inferência suficientemente fiáveis.

A noção de processamento “suficientemente bom” surgiu em trabalhos recentes (Ferreira; Bailey; Ferraro, 2002; Goldberg; Ferreira, 2022); de facto, numa perspetiva funcionalista, a pedra de toque da comunicação não é a completude, mas o sucesso. A formulação deve ser suficientemente boa para ser bem-sucedida; os comunicadores não pedem mais do que isto. Nas palavras de Goldberg e Ferreira (2022, p. 300):

*A produção suficientemente boa ocorre quando um utilizador da língua acede a uma construção lexical ou gramatical não ótima, embora semanticamente relevante, para exprimir a mensagem pretendida, porque uma construção melhor está inacessível no momento de falar (ou de fazer um sinal [na língua de sinais])<sup>15</sup>.*

Goldberg e Ferreira (2022, p. 300) referem ainda que “A comunicação tem um sucesso razoável mesmo que a codificação ou a recuperação da memória sejam imperfeitas, porque nem a produção nem a compreensão são ‘quebradiças’<sup>16</sup> (no sentido de suscetíveis de falha catastrófica no caso de uma avaria ou desvio relativamente pequeno).

Inspirado por tais pensamentos, defendi que, na perspetiva da GDF, “A forma das palavras escolhidas pelo falante para realizar o ato discursivo contribui para a interpretação, mas não a dita” (Mackenzie, 2020, p. 80)<sup>17</sup>. As palavras enunciadas pelo falante não são uma verbalização completa da sua intenção comunicativa. Há sempre motivações adicionais à mera transmissão de conhecimento, por exemplo, o desejo de respeitar a cortesia (ou, como no exemplo (7), o desejo de contar uma piada). Do mesmo jeito, a informação descodificada pelo ouvinte constitui apenas uma parte do significado que este vai retirar do enunciado. O significado vai conter, por exemplo, elementos da avaliação que o ouvinte faz do falante. A conclusão que se impõe, portanto, é que o ato discursivo está subdeterminado, ou seja, o seu conteúdo é muito inferior à sua significância total, sendo também essencial para desencadear essa significância. Como dizem Piantadosi, Tily e Gibson (2012, p. 285), “Os ouvintes são muito competentes na desambigua-

14 “A clear communication system is one in which the intended meaning can be recovered from the signal with high probability. An easy communication system is one which signals are efficiently produced, communicated, and processed.”

15 “[Good enough] production occurs when a language user accesses a nonoptimal albeit semantically relevant lexical or grammatical construction to express their intended message because a more-optimal construction is inaccessible at the moment of speaking (or signing).”

16 “Communication is reasonably successful despite imperfect encoding or retrieval from memory because neither production nor comprehension is brittle.”

17 “The form of words chosen by the speaker to perform the Discourse Act contributes to, but does not dictate, the interpretation.”

ção em contexto e, portanto, qualquer esforço que o falante faça para expressar uma distinção que poderia ter sido inferida é, de facto, um esforço desperdiçado”<sup>18</sup>.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão que eu retiro destas reflexões e dos conhecimentos que têm vindo a surgir na pragmática, na psicolinguística e na neurolinguística é a natureza *estratégica* da formulação. Na GDF, os processos de formulação equivalem à conversão de uma intenção comunicativa num ato discursivo, noção muito parecida, acho eu, ao conceito de *empacotamento* frequentemente invocado por Maria Helena de Moura Neves. Esta estratégia resulta, em regra geral, numa formulação que é fácil para o falante (no sentido que foi explicado) e também clara para o ouvinte (novamente no sentido que foi explicado). Apresenta-se em (12) e (13) a análise completa de *Eu não estou bêbado* que foi apresentada de forma fragmentada nos exemplos (2), (3), (4), (5) e (6):

- (12) Eu<sub>Ativo</sub> não atendo bêbado<sub>Inativo</sub>  
 NI: (A<sub>i</sub>: [(F<sub>i</sub>: DECL (F<sub>i</sub>)) (P<sub>i</sub>) (P<sub>j</sub>) (C<sub>i</sub>: [(T<sub>i</sub>) (+id +s R<sub>i</sub>: [+S, -A] (R<sub>i</sub>)) (-id -s R<sub>j</sub>))] (A<sub>i</sub>))  
 NR: (p<sub>i</sub>: (Pres ep<sub>i</sub>: (neg e<sub>i</sub>: (f<sub>i</sub><sup>c</sup>: [(f<sub>i</sub><sup>f</sup>: atend- (fl<sub>i</sub>)) (1x<sub>i</sub>)<sub>Ativo</sub> (x<sub>j</sub>: (f<sub>k</sub><sup>f</sup>: bêbad- (f<sub>k</sub><sup>f</sup>)) (x<sub>j</sub>)<sub>Inativo</sub>] (f<sub>j</sub><sup>f</sup>)) (e<sub>i</sub>)) (ep<sub>i</sub>)) (p<sub>i</sub>))  
 NM: (Cl<sub>i</sub>: [(Np<sub>i</sub>: eu (Np<sub>i</sub>)) (Gw<sub>i</sub>: não (Gw<sub>i</sub>)) (Vp<sub>i</sub>: atendo (Vp<sub>i</sub>)) (Np<sub>j</sub>: bêbado (Np<sub>j</sub>))] (Cl<sub>i</sub>))  
 NF: (ip<sub>i</sub>: [(pp<sub>i</sub>: ew (pp<sub>i</sub>)) (pp<sub>j</sub>: nêwê'têdu (pp<sub>j</sub>)) (pp<sub>k</sub>: 'bebêdu (pp<sub>k</sub>))] (ip<sub>i</sub>))
- (13) Eu<sub>Ativo</sub> não atendo bêbado<sub>Depictivo</sub>  
 NI: (A<sub>i</sub>: [(F<sub>i</sub>: DECL (F<sub>i</sub>)) (P<sub>i</sub>) (P<sub>j</sub>) (C<sub>i</sub>: [(T<sub>i</sub>) (+id +s R<sub>i</sub>: [+S, -A] (R<sub>i</sub>)) (T<sub>j</sub>))] (A<sub>i</sub>))  
 NR: (p<sub>i</sub>: (Pres ep<sub>i</sub>: (neg e<sub>i</sub>: (f<sub>i</sub><sup>c</sup>: [(f<sub>i</sub><sup>f</sup>: atend- (fl<sub>i</sub>)) (1x<sub>i</sub>)<sub>Ativo</sub> (f<sub>j</sub><sup>c</sup>: [(f<sub>k</sub><sup>f</sup>: bêbad- (f<sub>k</sub><sup>f</sup>)) (x<sub>j</sub>) (f<sub>j</sub><sup>f</sup>)) (e<sub>i</sub>)) (ep<sub>i</sub>)) (p<sub>i</sub>))  
 NM: (Cl<sub>i</sub>: [(Np<sub>i</sub>: eu (Np<sub>i</sub>)) (Gw<sub>i</sub>: não (Gw<sub>i</sub>)) (Vp<sub>i</sub>: atendo (Vp<sub>i</sub>)) (Np<sub>j</sub>: bêbado (Np<sub>j</sub>))] (Cl<sub>i</sub>))  
 NF: (ip<sub>i</sub>: [(pp<sub>i</sub>: ew (pp<sub>i</sub>)) (pp<sub>j</sub>: nêwê'têdu (pp<sub>j</sub>)) (pp<sub>k</sub>: 'bebêdu (pp<sub>k</sub>))] (ip<sub>i</sub>))

As duas representações de significado, o significado pragmático mostrado no nível interpessoal (NI) e o significado semântico mostrado no nível representacional (NR), não replicam a conceitualização do falante nem a sua intenção comunicativa, mas surgem antes como parte de uma “campanha estratégica” para ter o efeito desejado no ouvinte. Não há garantias de sucesso, claro, mas a nossa experiência quotidiana ensina-nos que a comunicação linguística, apesar de ter todas as deficiências que Chomsky (2001) admite ver, funciona satisfatoriamente, e é, na terminologia atual, *good enough*, “suficientemente boa”.

Diz-se que a exceção prova a regra. Uma vez que as piadas dependem, para o seu sucesso, de uma formulação muito precisa (isso faz parte do ofício), o piadista ensaia-as antecipadamente para não se desviar no palco das palavras que vão gerar a ambiguidade. A utilização criativa e eficaz da linguagem é a pedra angular do humor, e a habilidade do comediante de *stand-up* consiste em falar

18 “Hearers are good at disambiguating in context, and therefore any effort the speaker makes to express a distinction that could have been inferred is, in effect, wasted effort.”

com o público como se estivesse a falar espontaneamente. Enquanto forma excepcional de comunicação, a piada revela indiretamente a natureza da interação humana.

**THE PORTUGUESE CONSTRUCTION “EU NÃO ATENDO BÊBADO”: AMBIGUITY, EFFICIENCY AND GRAMMAR**

**Abstract:** The article presents an analysis, within the framework of Functional Discourse Grammar, of a joke and its textual environment, showing how it reveals the roles of ambiguity, efficiency and grammatical strategies in human interaction.

**Keywords:** Ambiguity. Depictive construction. Efficiency. Strategy. Functional Discourse Grammar.

**REFERÊNCIAS**

- ATTARDO, S. Humor in language. Oxford Research Encyclopedia of Linguistics, 2017. Disponível em: [oxfordre.com/linguistics](https://oxfordre.com/linguistics). Acesso em: 2 fev. 2023.
- BÜHLER, K. *Sprachtheorie: die Darstellungsfunktion der Sprache*. Jena: Gustav Fischer, 1924.
- CHOMSKY, N. *On nature and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- FERREIRA, F.; BAILEY, K. G. D.; FERRARO, V. Good-enough representations in language comprehension. *Current Directions in Psychological Science*, v. 11, n. 1, p. 11-15, 2002.
- GIVÓN, T. *Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. v. II.
- GOLDBERG, A.; FERREIRA, F. Good-enough language production. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 26, n. 4, p. 300-311, 2022.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. J. (ed.). *Syntax and semantics 3: speech acts*. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.
- HATTNHER, M. M. D.; OLIVEIRA, T.; CONEGLIAN, A. V. L. (ed.). *Linguagem, uso e gramática: da vivência à teorização*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2022.
- HAWKINS, J. A. *Efficiency and complexity in grammars*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Gramática discursivo-funcional. Tradução Marize Dall’Aglio Hattnher. In: SOUSA, E. R. de (ed.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-86.
- LEVINSON, S. C. Minimization and conversational inference. In: KASHER, A. (ed.). *Pragmatics: vol. 4 Presupposition, implicature and indirect speech acts*. London: Routledge, 1998. p. 545-612.
- LEVINSON, S. C. *Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.
- LEVSHINA, N. *Communicative efficiency: language structure and use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

- MACKENZIE, J. L. The family of secondary predications in English: an FDG view. *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, n. 67, p. 43-58, 2013.
- MACKENZIE, J. L. Why functional discourse grammar is not, and could not be, a discourse grammar. *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, n. 80, p. 73-87, 2020.
- NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, M. H. de M. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola, 2012.
- NEVES, M. H. de M. Linguística funcional: princípios, temas, objetos e conexões. *Guavira Letras*, v. 13, p. 23-38, 2011.
- NEVES, M. H. de M.; MACKENZIE, J. L.; CONEGLIAN, A. Dossiê temático: descrição funcional das línguas naturais. *Revista da Abralin*, v. 19, n. 3, p. 17-239, 2020.
- PIANTADOSI, S. T.; TILY, H.; GIBSON, E. The communicative function of ambiguity in language. *Cognition*, v. 122, n. 3, p. 280-291, 2012.
- PLESHAK, P.; POLINSKY, M. Functional typology and formal comparative syntax. In: DEN DIKKEN, M. (ed.). *Cambridge handbook of comparative syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024. No prelo.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. London: Blackwell, 1986.
- WASOW, T. Ambiguity avoidance is overrated. In: WINKLER, S. (ed.). *Ambiguity: language and communication*. Berlin, Munich, Boston: De Gruyter, 2015. p. 29-48.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical investigations*. Translation G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1968.
- ZIPF, G. K. *Human behavior and the principle of least effort*. Boston: Addison-Wesley, 1949.
- ZWICKY, A. M.; SADOCK, J. M. Ambiguity tests and how to fail them. In: KIMBALL, J. (ed.). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1975. v. IV, p. 1-36.